FUNDO DE INVESTIMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA

PORTARIA

PORTARIA Nº 017/2018 – FISP BELÉM 11 DE JULHO DE 2018

BELARMIRA FÁTIMA SOUZA PANTOJA, Diretora e Ordenadora de Despesa do Fundo de Investimento de Segurança Pública - FISP, por designação legal, etc.,...

CONSIDERANDO: O PROCESSO 2018/149343 e CONVITE 014/2018-FISP, em que o Secretário Adjunto de Gestão Administrativo / SEGUP solicita REFORMA E MANUTENÇÃO do prédio onde funciona a UIPP da TERRA FIRME, atendendo ao MEM. 06/2018 de 04.04.2018, oriundo da Administradora da referida Unidade; CONSIDERANDO: Ainda os termos do CONTRATO 037/2018-FISP firmado com a empresa MAX PROJETOS E CONSTRUÇÕES CIVIL LTDA.,

RESOLVE: Designar os servidores abaixo relacionados, para comporem a COMISSÃO DE RECEBIMENTO, ACOMPANHAMENTO e FISCALIZAÇÃO da obra mencionada acima, a contar de 05/07/2018:

Presidente: MARCUS VINÍCIUS ALBUQUERQUE FRANCO DE SÁ - MF: 5930488;

Membro: Carla Maria de Macedo Estácio - MF: 5891422-1.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMpra-SE

BELARMIRA FÁTIMA SOUZA PANTOJA

Diretora e Ordenadora de Despesa do FISP

Protocolo: 337376

SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA Nº 2832/2018 - DGP/SUSIPE BELÉM/PA, 10 DE JULHO DE 2018.

Nome: ANTONIO SERGIO LISBOA SILVA, Matrícula nº 54188597/2; Auxiliar Operacional.

Assunto: Licença Nojo.

Período: 30/06/2018 a 07/07/2018.

Protocolo: 337249

PORTARIA Nº 443/2018 – CGP/SUSIPE BELÉM, 09 DE JULHO DE 2018.

VITOR RAMOS EDUARDO, Corregedor-Geral Penitenciário do Estado, no uso de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO o disposto no art. 12 do Decreto Estadual nº 2.199/2010 – Regimento Interno da Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará;

CONSIDERANDO que é obrigação da autoridade pública, ao tomar ciência de irregularidade no serviço público, promover a apuração imediata dos fatos, mediante Sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar, assegurando ao acusado ampla defesa, nos termos do art. 199 da Lei nº 5.810/1994 – Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Estado do Pará (RJU).

RESOLVE:

I – Determinar a instauração de Sindicância Administrativa Investigativa, objetivando apurar o óbito do preso KAANDRO DOS SANTOS CONCEIÇÃO, ocorrido no dia 14.06.2018, no Centro de Recuperação Regional de Itaituba - CRRI.

II – Designar FRANCISCO CÍCERO DO AMARAL NETO, Assistente Administrativo, para conduzir a investigação.

III – Determinar à autoridade sindicante que apresente relatório conclusivo ao final da investigação.

Dê-se ciência, Publique-se e Cumpra-se.

VITOR RAMOS EDUARDO

Corregedor-Geral Penitenciário do Estado

Protocolo: 337333

PORTARIA Nº 448/2018 – CGP/SUSIPE BELÉM, 09 DE JULHO DE 2018.

VITOR RAMOS EDUARDO, Corregedor-Geral Penitenciário do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO que é obrigação da autoridade pública, ao tomar ciência de irregularidade no serviço público, promover a apuração imediata dos fatos, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurando ao acusado ampla defesa, nos termos do art. 199 da Lei nº 5.810/1994 – Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Estado do Pará (RJU).

RESOLVE:

I – Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, objetivando apurar a responsabilidade administrativa

e funcional dos servidores RENIVAL PINHEIRO DA CRUZ, AMARILDO LELIS e CLAUDIO REBOUÇAS DE FREITAS, acerca da suposta agressão física ao preso EDINILSON CUNHA DA COSTA, ocorrida no dia 30.04.2018, no Hospital Geral Penitenciário - HGP. Ressalta-se que os servidores incorreram, em tese, no ilícito administrativo descrito nos artigos 177, VI c/c 189 e 190, VII, da Lei nº 5.810/1994 – RJU.

II – Constituir Comissão composta pelos servidores, JAYMERSON CARLOS PEREIRA MARQUES, Corregedor Metropolitano, Presidente, RENATO NUNES VALLE, Procurador Autárquico do Estado, Membro, e FRANCISCO CÍCERO DO AMARAL NETO, Assistente Administrativo, Membro.

III – Deliberar que os membros da Comissão tenham dedicação exclusiva podendo se reportar diretamente aos Núcleos e Departamentos deste órgão e aos demais órgãos da Administração Pública, para as diligências necessárias à instrução do feito.

V – Determinar à referida Comissão que obedeça ao estatuído no artigo 201, parágrafo único, da Lei nº 5.810/1994-RJU, assim como, deverá a mesma apresentar Relatório Conclusivo ao final da apuração.

IV – Classificar o presente processo como de **tramitação prioritária**, nos termos da PORTARIA Nº 420/2014 – CGP/SUSIPE.

Dê-se ciência, Publique-se e Cumpra-se.

VITOR RAMOS EDUARDO

Corregedor Geral Penitenciário

Protocolo: 337342

PORTARIA Nº 450 /2018 – CGP/SUSIPE BELÉM, 09 DE JULHO DE 2018.

VITOR RAMOS EDUARDO, Corregedor- Geral Penitenciário do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO que é obrigação da autoridade pública, ao tomar ciência de irregularidade no serviço público, promover a apuração imediata dos fatos, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurando ao acusado ampla defesa, nos termos do art. 199 da Lei nº 5.810/1994 – Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Estado do Pará (RJU).

RESOLVE:

I – Determinar a instauração de Sindicância Administrativa Disciplinar, objetivando apurar a responsabilidade administrativa e funcional do servidor DARLISON RICHARD DOS SANTOS COSTA, acerca de sua conduta e das circunstâncias de sua condução para a lavratura de Boletim de Ocorrência Policial, quando lotado no Centro de Recuperação Agrícola "Silvio Hall de Moura" - CRASHM. Ressalta-se que o servidor incorreu, em tese, no ilícito administrativo descrito nos artigos 177, I e IV c/c art. 189, da Lei nº 5.810/1994 – RJU.

II – Constituir Comissão composta pelos servidores, BRUNO COSTA PINHEIRO DE SOUSA, Corregedor do Interior, Presidente, RENATO NUNES VALLE, Procurador Autárquico do Estado, Membro, e FRANCISCO CÍCERO DO AMARAL NETO, Assistente Administrativo, Membro.

III – Deliberar que os membros da Comissão tenham dedicação exclusiva podendo se reportar diretamente aos Núcleos e Departamentos deste órgão e aos demais órgãos da Administração Pública, para as diligências necessárias à instrução do feito.

IV – Determinar à referida Comissão que obedeça ao estatuído no artigo 201, parágrafo único, da Lei nº 5.810/1994-RJU, assim como, deverá a mesma apresentar Relatório Conclusivo ao final da apuração.

Dê-se ciência, Publique-se e Cumpra-se.

VITOR RAMOS EDUARDO

Corregedor-Geral Penitenciário

Protocolo: 337346

PORTARIA Nº 463/2018 – CGP/SUSIPE BELÉM, 11 DE JULHO DE 2018.

VITOR RAMOS EDUARDO, Corregedor-Geral Penitenciário do Estado, no uso de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO o disposto no art. 12 do Decreto Estadual nº 2.199/2010 – Regimento Interno da Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará;

CONSIDERANDO que é obrigação da autoridade pública, ao tomar ciência de irregularidade no serviço público, promover a apuração imediata dos fatos, mediante Sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar, assegurando ao acusado ampla defesa, nos termos do art. 199 da Lei nº 5.810/1994 – Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Estado do Pará (RJU).

RESOLVE:

I – Determinar a instauração de Sindicância Administrativa Investigativa, objetivando apurar a fuga de 62 (sessenta e dois) presos custodiados no Presídio Estadual Metropolitano I – PEM I, ocorrida no dia 08/07/2018.

II – Designar ROSANGELA REBELLO DA SILVEIRA PINTO, Assessora, para conduzir a investigação.

III – Determinar à autoridade sindicante que apresente relatório conclusivo ao final da investigação.

Dê-se ciência, Publique-se e Cumpra-se.

VITOR RAMOS EDUARDO

Corregedor-Geral Penitenciário do Estado

Protocolo: 337350

PORTARIA Nº 461/2018 – CGP/SUSIPE BELÉM, 10 DE JULHO DE 2018.

VITOR RAMOS EDUARDO, Corregedor-Geral Penitenciário do Estado, no uso de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO o disposto no art. 12 do Decreto Estadual nº 2.199/2010 – Regimento Interno da Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará;

CONSIDERANDO que é obrigação da autoridade pública, ao tomar ciência de irregularidade no serviço público, promover a apuração imediata dos fatos, mediante Sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar, assegurando ao acusado ampla defesa, nos termos do art. 199 da Lei nº 5.810/1994 – Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Estado do Pará (RJU).

RESOLVE:

I – Determinar a instauração de Sindicância Administrativa Investigativa, objetivando apurar a denúncia prestada em 20.02.18 ao Ministério Público, referente à suposta extorsão ao preso ALBERONE RABELO RIBEIRO, custodiado no Centro de Recuperação do Coqueiro – CRC.

II – Designar BRUNO COSTA PINHEIRO DE SOUSA, Assistente Administrativo, para conduzir a investigação.

III – Determinar à autoridade sindicante que apresente relatório conclusivo ao final da investigação.

Dê-se ciência, Publique-se e Cumpra-se.

VITOR RAMOS EDUARDO

Corregedor-Geral Penitenciário do Estado

Protocolo: 337354

PORTARIA Nº 2840/2018 DGP/SUSIPE BELÉM/PA, 12/07/2018.

NOME: RICARDO MORAIS GUIMARÃES Nº 58387651

Assunto: LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA

Período: 21/06/2018 A 27/06/2018.

Protocolo: 337522

PORTARIA Nº 2842/2018 DGP/SUSIPE BELÉM/PA, 12/07/2018.

NOME: TÂNIA REJINE REIS Nº 5886651

Assunto: LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA

Período: 28/06/2018 A 03/07/2018.

Protocolo: 337527

PORTARIA Nº 459/2018 – CGP/SUSIPE BELÉM, 10 DE JULHO DE 2018.

VITOR RAMOS EDUARDO, Corregedor- Geral Penitenciário do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO que é obrigação da autoridade pública, ao tomar ciência de irregularidade no serviço público, promover a apuração imediata dos fatos, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurando ao acusado ampla defesa, nos termos do art. 199 da Lei nº 5.810/1994 – Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Estado do Pará (RJU).

RESOLVE:

I – Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, objetivando apurar a responsabilidade administrativa e funcional dos servidores JOCIELTON COSTA CAMPOS, CLÁUDIO FIGUEIRA PINTO e BELLE SANTOS COSTA acerca da suposta agressão física ao preso Dhonatan Silva Bandeira, ocorrida no dia 02.01.2018, no Centro de Recuperação Regional de Itaituba - CRRI. Ressalta-se que os servidores incorreram, em tese, no ilícito administrativo descrito nos artigos 177, VI c/c art. 189 e 190, VII, da Lei nº 5.810/1994 – RJU.

II – Constituir Comissão composta pelos servidores, BRUNO COSTA PINHEIRO DE SOUSA, Corregedor do Interior, Presidente, RENATO NUNES VALLE, Procurador Autárquico do Estado, Membro, e FRANCISCO CÍCERO DO AMARAL NETO, Assistente Administrativo, Membro.

III – Deliberar que os membros da Comissão tenham dedicação exclusiva podendo se reportar diretamente aos Núcleos e Departamentos deste órgão e aos demais órgãos da Administração Pública, para as diligências necessárias à instrução do feito.

IV – Determinar à referida Comissão que obedeça ao estatuído no artigo 208, "caput", da Lei nº 5.810/1994-RJU, assim como, deverá a mesma apresentar Relatório Conclusivo ao final da apuração.

V – Classificar o presente processo como de tramitação prioritária, nos termos da PORTARIA Nº 420/2014 – CGP/SUSIPE.

Dê-se ciência, Publique-se e Cumpra-se.

VITOR RAMOS EDUARDO

Corregedor-Geral Penitenciário

Protocolo: 337375

PORTARIA Nº 460/2018 – CGP/SUSIPE BELÉM, 10 DE JULHO DE 2018.

VITOR RAMOS EDUARDO, Corregedor-Geral Penitenciário do Estado, no uso de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO o disposto no art. 12 do Decreto Estadual nº 2.199/2010 – Regimento Interno da Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará;

CONSIDERANDO que é obrigação da autoridade pública, ao tomar ciência de irregularidade no serviço público, promover a